



TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de SERVIÇO ESPECIALIZADO DE PRONTIDÃO E ATENDIMENTO A EMERGÊNCIA AMBIENTAL NO TRANSPORTE DE RESÍDUOS PERIGOSOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição/ especificação	Unidade de Medida	CatServ	Quantidade	Valor Estimado
1	Prontidão e atendimento à emergência ambiental no transporte de resíduos perigosos	Serviço	22144	1	R\$ 121.404,84

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum especializado de prontidão e atendimento a emergência ambiental no transporte de resíduos perigosos.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos do item são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico do Estudo Preliminar, apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudo Preliminar, atualizado em decorrência do amadurecimento da descrição, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. São requisitos necessários ao atendimento da necessidade da Instituição que as licitantes interessadas no certame para contratação da PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE PRONTIDÃO E ATENDIMENTO À EMERGÊNCIA AMBIENTAL NO TRANSPORTE DE RESÍDUOS PERIGOSOS, que apresentem as seguintes qualificações técnico-operacionais:

5.1.1.1. Possuir instalações operacionais de pronto atendimento para possíveis emergências químicas da licitante no Estado do Rio de Janeiro;

5.1.1.2. Exigência descrita no item anterior justifica-se pela necessidade do deslocamento para atendimento à possíveis emergências químicas ser de pronto atendimento e quanto aos cumprimentos das normas legais quando da efetiva execução do Objeto.

5.1.2. Contratação do SERVIÇO ESPECIALIZADO DE PRONTIDÃO E ATENDIMENTO À EMERGÊNCIA AMBIENTAL NO TRANSPORTE DE RESÍDUOS PERIGOSOS. O serviço possui natureza continuada, pois se trata de atividade primordial que influencia diretamente à boa execução das funções da Instituição e sua interrupção pode afetar o atingimento dos objetivos institucionais, a saúde pública e o meio ambiente.

5.1.3. Os critérios e práticas de sustentabilidade exigidos para esta contratação estão abaixo elencados:

5.1.3.1. No que diz respeito à mão de obra, a contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego realizando treinamentos dos seus funcionários periodicamente;

5.1.3.2. Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços;

5.1.3.3. Atendimento às leis e normas ambientais e técnicas, tais como:

5.1.3.3.1. Decreto nº 5.098 de 2004 - Prevenir a ocorrência de acidentes com produtos químicos e perigosos e aprimorar o sistema de preparação e resposta à emergências químicas no País;

5.1.3.3.2. Atender a RDC ANVISA nº 222/2018;

5.1.3.3.3. Acompanhar e divulgar legislações e normas pertinentes, bem como a atualização referente ao objeto do contrato;

5.1.4. Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada

5.1.4.1. O Contrato terá duração inicial de 12 meses consecutivos e ininterruptos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, totalizando 60 meses, conforme Art. 57, Inciso II da lei 8.666/93.

5.1.5. Não há necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.1.6. A única restrição desta contratação é que o licitante possua base com atividades operacionais no Estado do Rio de Janeiro. Como o transporte dos resíduos perigosos de que trata este processo é tanto interno, nos Campi Manguinhos, quanto externo, no atendimento a outras Unidades Fiocruz e no transporte externo de resíduos perigosos para destinação final, é exigido que a empresa de atendimento às emergências ambientais tenha base no Estado do Rio de Janeiro, a fim de promover o pronto atendimento.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3 As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estão previstas neste TR nos itens 11 e 12.

5.4 O presente objeto da licitação não se enquadra em legislações especiais ou em margem de preferência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 2209-9177 / 9178.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1 Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Após a reunião de partida a CONTRATADA deverá iniciar imediatamente a confecção do Plano de Atendimento Emergencial (PAE) para a atividade de Transporte de Resíduos Perigosos da CONTRATANTE;

7.1.2. O PAE deve contemplar o embasamento técnico às características dos produtos perigosos e as atividades de risco desenvolvidas pela CONTRATANTE. Na sua elaboração, são desenvolvidas medidas mitigadoras para o controle e minimização dos danos ambientais em emergências. O PAE deve se basear nos seguintes princípios operacionais:

7.1.2.1. AÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO: Identificação e diagnóstico inicial do acidente e mobilização dos recursos;

7.1.2.2. ESTRATÉGICA: Estabelecimento dos produtos manipulados e/ou transportados, os procedimentos básicos e gerais por classe de risco e as responsabilidades para o atendimento emergencial;

7.1.2.3. AÇÃO DA EQUIPE DE PRONTO ATENDIMENTO: mitigar os riscos, vazamentos e possíveis danos ocorridos;

7.1.2.4. GERENCIAMENTO: Descarte do resíduo gerado no acidente, avaliação das consequências, análise do acidente, registro dos incidentes, recuperação das áreas impactadas e elaboração de Relatório Específico;

7.1.2.5. CENTRAL DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL (24 HORAS): Para o atendimento às Emergências Ambientais, deve ser disponibilizada uma Central de Atendimento 24 horas por dia, durante toda a vigência do contrato, com profissionais aptos a diagnosticar a necessidade inicial de um acidente e conduzir a Equipe de Pronto Atendimento com as informações para o sucesso da operação;

7.1.2.6. EQUIPE DE PRONTO ATENDIMENTO: A Equipe de Pronto Atendimento deve ser composta por, no mínimo, 2 (dois) técnicos treinados e capacitados para gerenciar as diversidades presentes no momento das ocorrências. Para o sucesso das operações, os veículos devem estar equipados com modernos equipamentos e materiais para a transferência, contenção, absorção, sinalização, isolamento, iluminação, descontaminação, proteção pessoal e outros equipamentos compatíveis aos produtos perigosos e tóxicos e ao próprio cenário emergencial. Durante a emergência, a Equipe será responsável pelo contato direto com os Órgãos Ambientais garantindo assim o atendimento e o cumprimento às normas e exigências ambientais. Especificamente para produtos e resíduos perigosos Classe 1 (Explosivos) e Classe 7 (Radioativos), o atendimento será realizado em conjunto com os órgãos competentes;

7.1.2.7. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO - O Relatório Técnico tem por objetivo identificar as ações desenvolvidas durante a ocorrência, o diagnóstico ambiental dos meios afetados e as recomendações pertinentes. As informações obtidas durante a ocorrência tais como: relatórios, fotos, cópias de documentos e qualquer outro tipo de informação relacionada ao atendimento, devem ser mantidas em caráter confidencial.

7.1.3. Este PAE deverá ser entregue à CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a reunião de partida, para aprovação.

7.1.4. A CONTRATANTE terá 15 (quinze) dias para retornar com a aprovação do PAE;

7.1.5. Após a aprovação, a CONTRATADA deverá enviar o PAE definitivo, em até 15 (quinze) dias, assinado pelo responsável técnico pela confecção do documento, dotado da devida Anotação de Responsabilidade Técnica, assinada e quitada, pela CONTRATADA, junto ao órgão de classe (ART);

7.1.6. A CONTRATADA será acionada pela CONTRATANTE sempre que necessário e deverá permanecer de prontidão, de forma rápida e eficiente, para o atendimento em caso de acidentes e emergências na atividade de transporte de resíduos perigosos por 24h durante os 7 dias na semana, disponibilizando uma Central de Atendimento durante toda a vigência do contrato, com profissionais aptos a diagnosticar a necessidade inicial de um acidente e conduzir a Equipe de Pronto Atendimento com as informações para o sucesso da operação.

7.1.7. Ao ser acionada, a CONTRATADA deverá imediatamente seguir com os equipamentos necessários para o atendimento e combate à emergência com os resíduos perigosos, conforme descrito no PAE, a fim de sanar a ocorrência com a maior brevidade, minimizando os efeitos danosos.

7.1.8. Para todas as ocorrências atendidas pela CONTRATADA, independente da gravidade e impactos provocados no meio ambiente antrópico, biótico (fauna e flora) e físico natural (solo/subsolo-águas subterrâneas) e construído (edificações, pavimentos, rede de drenagem, interferências aéreas e subterrâneas (tubulações, galerias, etc.), será elaborado um Relatório de Atendimento Emergencial interno, conclusivo, que conterá informações tais como:

7.1.8.1. Resumo da gravação da comunicação da emergência;

7.1.8.2. Ficha da caracterização expedida do local e entorno (aspectos físicos naturais e construídos);

7.1.8.3. Entidades diretamente envolvidas do Poder Público: DENIT, DER, Prefeitura, Órgão Ambiental, Polícia militar, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil etc;

7.1.8.4. População diretamente e indiretamente envolvida;

7.1.8.5. Meio biótico diretamente atingido;

7.1.8.6. Meio físico diretamente atingido;

7.1.8.7. Estruturas implantadas (diques, barreiras, drenagens especiais, sump's) etc;

7.1.8.8. Histórico do problema;

7.1.8.9. Normas pertinentes;

7.1.8.10. Critérios e procedimentos utilizados no atendimento;

7.1.8.11. Tipos e quantidades dos trabalhos desenvolvidos e equipe(s) envolvida (s);

7.1.8.12. Metodologias empregadas no campo, laboratório e escritório;

7.1.8.13. Tipos de equipamentos utilizados;

7.1.8.14. Tabelas, gráficos e quadros;

7.1.8.15. Tabela de Custos envolvendo todos os gastos para atendimento da emergência;

7.1.8.16. Resultados de eventuais análises físico-químicas;

7.1.8.17. Caracterização geológica expedida, perfis individuais de sondagens e de poços de monitoramento e seções geológicas, quando houver suspeita de infiltração/impactos no subsolo (águas subterrâneas);

7.1.8.18. Plano de monitoramento do solo/subsolo, quando for o caso, com cronograma, quantidades dos serviços geológicos/geotécnicos e fluxograma das atividades;

7.1.8.19. Conclusões e recomendações;

7.1.8.20. Anexos: mapas, plantas e croquis, fotos técnicas, resultados de eventuais análises e ensaios, Relatório de Ocorrência Envolvendo Produto(s) Químico(s) Nome do Geólogo/Engenheiro responsável e respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA - Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia, conforme legislação vigente.

7.1.9. Este relatório de atendimento à emergências deverá ser entregue pela CONTRATADA à CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias após a ocorrência, assinado pelo responsável técnico pelo atendimento.

7.1.10. Para a correta realização da atividade a CONTRATADA deverá oferecer no mínimo 2 treinamentos para a equipe (mínimo de 20 pessoas) da CONTRATANTE, sendo um treinamento teórico sobre o PAE e outro simulado para caso de acidentes. A realização dos treinamentos, será solicitada via agendamento prévio, através de correio eletrônico, para confirmação da data, local e hora da atividade. A CONTRATADA deverá efetuar o agendamento em até 30 (trinta) dias da solicitação;

7.1.11. Após o treinamento realizado, a CONTRATADA deverá emitir os certificados de treinamento nominais para cada participante, em até 15 (quinze) dias.

7.2. A execução dos serviços será iniciada pela CONTRATADA após a assinatura do contrato e conforme cláusula de vigência do contrato. Será estabelecida reunião de partida no primeiro dia da vigência contratual, no prédio sede da Cogic, às 10 horas, na sala 23.

7.3 A CONTRATADA poderá subcontratar a parte do objeto referente aos treinamentos descritos no item 7.1.10, não havendo obrigação de subcontratação de ME ou EPP.

7.4 Não há possibilidade de concorrência de empresas em consórcio uma vez que a parte principal do objeto é indivisível e deverá ser prestada por uma única empresa CONTRATADA.

7.5 Serviços Extras

7.5.1 Quando acionado pela fiscalização do contrato, a contratada deverá realizar o pronto atendimento à emergência ambiental no transporte de resíduos perigosos, sendo os serviços abaixo listados pagos conforme a utilização:

Descrição de Serviços e Insumos Eventuais	Unidade	Quantidade
Auxiliar de Serviços Gerais	Por hora	36
Biólogo	Por hora	12
Coordenador de Emergência	Por hora	12

Engenheiro Ambiental	Por hora	12
Engenheiro de Segurança do Trabalho	Por hora	24
Engenheiro Químico	Por hora	12
Geólogo	Por hora	12
Operador de Emergência	Por hora	12
Técnico de Emergência	Por hora	24
Veículo Auto Vácuo	R\$ por Km rodado	300
Veículo de Comando - IC	R\$ por Km rodado	300
Veículo de Operacional Leve - OPL	R\$ por Km rodado	600
Veículo Operacional - OP	R\$ por Km rodado	300
Limpeza/Descontaminação de Materiais e Equipamentos	Atendimento	2
Separador de óleo	diária	2
Skimmer Convencional	diária	2
Almofada 0,45 x 0,25	unid	20
Barreira Absorventes - 3,00 x 0,20	unid	20
Manta Absorvente	unid	20
Rolo Absorvente - Polipropileno	unid	2
Turfa Absorvente	saco 10 Kg	2
Vermiculita Especial	saco 10 Kg	2
Barreira de Contenção / Locação	metro	150
Batoque	unid	2
Big Bag - 1.000 KG	unid	2
Bombonas - 100 litros	unid	10
Bombonas - 150 litros	unid	5
Bombonas - 20 litros	unid	5
Bombonas - 200 litros	unid	5
Bombonas - 50 litros	unid	10

Observação 01: A licitante deverá considerar em seus custos os Serviços e Insumos Eventuais necessários à perfeita execução dos serviços, quando necessários.

Observação 02: Os Serviços e Insumos Eventuais serão planilhados separadamente e serão pagos após recebimento da nota fiscal de prestação de serviço, pelo total entregue e/ou realizado no mês.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1 A Gestão do Contrato será exercida pelo Gestor e Fiscal do contrato designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 11º do Decreto nº 9.507, de 2018.

8.2. A comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE se dará diretamente entre o Responsável Técnico designado, que deverá pertencer ao quadro permanente da CONTRATADA, com o suporte especializado e o Gestor e Fiscal do contrato, além da utilização de mecanismos como troca de e-mails e comunicações telefônicas em geral.

8.2.1 A CONTRATADA deverá manter Responsável Técnico, aceito pela Fiscalização, durante todo o período de vigência do contrato, para representá-la técnica e administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;

8.2.2 O Responsável Técnico, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração Pública, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, no dia da reunião de partida, conforme descrito no item 7.2, a fim de tratar assuntos pertinentes à execução do contrato relativos à sua competência;

8.2.3 A CONTRATADA orientará o seu Responsável Técnico quanto a necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho;

8.2.4 O Responsável Técnico indicado deverá possuir conhecimento e formação técnica relativa ao serviço para facilitar a comunicação e o trâmite de informações documentais, bem como representar a CONTRATADA perante a CONTRATANTE.

8.3. O Gestor e Fiscal do contrato utilizará como forma de aferição/medição dos serviços para efeito de pagamento, a consolidação mensal dos resultados do controle da qualidade dos serviços prestados conforme Relatório Definitivo da Execução dos Serviços discriminado no Anexo IV deste Termo de Referência, apontando para a CONTRATADA os indicadores de não conformidade verificados no período e informando os valores a serem faturados com base na Avaliação da Qualidade do Serviço.

8.4. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) define e padroniza a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução do objeto. Esta ferramenta estabelece as bases para manter e melhorar a qualidade dos serviços através de um ciclo constante de acordos, monitoramentos e relatórios. Além disso indica as principais irregularidades/impropriedades pertinentes à prestação dos serviços, não exaurindo as possibilidades de serem aplicadas à CONTRATADA as sanções previstas neste instrumento e as punições previstas em contrato e na Legislação correlata, garantido seu direito à ampla defesa e ao exercício do contraditório.

8.5. A avaliação por Instrumento de Medição de Resultado (IMR), realizadas pela fiscalização do contrato, poderá descontar mensalmente da empresa CONTRATADA as alíquotas descritas no Anexo II (INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS) do valor total da fatura pelo não alcance das metas pré-estabelecidas na execução do serviço.

8.6. Após a comunicação da fiscalização através do Relatório Provisório, descritas no Anexo III, a CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que será aceita ou não pela FISCALIZAÇÃO do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante, exclusivamente, de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.7. O modelo de formulário utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) nas dependências da Fiocruz poderá ser atualizado, revisto ou sofrer adequações, quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.

8.8. O pagamento dos serviços será realizado pelo valor da mensalidade pelo serviço de prontidão, atendimento, elaboração e manutenção do PAE, sendo que o valor referente à mão de obra e material utilizado no atendimento às possíveis emergências e treinamentos realizados serão pagos em acréscimo, se e somente, quando forem de fato executados.

8.9. A CONTRATADA emitirá a nota fiscal, somente após o recebimento do Relatório Definitivo da Execução dos Serviços enviado pela CONTRATANTE, no mês subsequente ao mês em que foi realizado serviço.

8.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, através do Anexo II, para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.11. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.13. A CONTRATANTE deverá, ao longo do mês, dar ciência para demais providências à CONTRATADA, através de e-mail ou outra forma de comunicação escrita, caso haja ocorrências. Ao final, as mesmas serão consolidadas no Relatório Provisório.

8.14. A CONTRATADA, após notificação e ciência das não conformidades encontradas, deverá estipular prazo, em comum acordo com a fiscalização do contrato, para solucionar as falhas apontadas.

8.15. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.16. Os serviços deverão ser fiscalizados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos:

8.16.1 Acompanhamento das fases do serviço, no que se refere à execução e manutenção, de modo a assegurar plena aplicação das especificações constantes deste Termo de Referência;

8.16.2 Realizar registro fotográfico do que for pertinente;

8.16.3 Inspeccionar e controlar os serviços realizados;

8.16.4 Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATANTE poderá estabelecer e/ou atualizar procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados, desde que não influenciem diretamente no valor do contrato.

8.17. A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e Responsável Técnico indicado, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.18. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. A contratada é responsável pelo fornecimento dos EPis, materiais, equipamentos necessários aos seus funcionários para atendimento da emergência ambiental correspondente.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. O serviço de prontidão deve contemplar a elaboração do PAE e será executado e mantido continuamente. Os dois treinamentos e o atendimento às emergências serão executados pontualmente a medida que forem solicitados. Desta forma, somente o serviço que for efetivamente prestado será pago mediante apresentação de Ordem de Serviço, conforme Anexo I, devidamente preenchida e assinada;

10.1.2. O quantitativo de materiais necessários ao atendimento foi dimensionado de acordo com as necessidades da Fiocruz na ocasião da elaboração deste Termo de Referência, conforme Planilha de Custos - Anexo V. Sendo assim, poderá sofrer alteração no decorrer do contrato, tanto para mais quanto para menos, dependendo das necessidades futuras da contratante e nos percentuais previstos no art. 65 § 1º da lei 8.666/93;

10.1.3. A contratada deverá apresentar sua proposta com cotação discriminada, conforme Planilha de Custos - Anexo V, com o valor unitário de cada produto ou serviço. Ressalta-se que a cotação deverá seguir a ordem constante da planilha. Os quantitativos discriminados na Planilha de Custos são números estimados de serviços a serem executados que visam chegar ao valor global das propostas que classificará as participantes, entretanto, somente os serviços efetivamente executados pela contratada serão pagos mensalmente;

10.1.4. A contratada deverá garantir a habilitação, capacitações e treinamentos necessários aos profissionais para que realizem as atividades às quais foram designados, bem como promover cursos de reciclagem/atualização dos profissionais anualmente. A listagem de participação dos colaboradores da contratada sobre o curso/treinamento (conteúdo programático, carga horária, período, Instituição, endereço onde serão realizados, assinatura de presença etc.) deverá ser encaminhada à equipe de fiscalização do contrato para ciência. A contratante reserva-se o direito de indicar, com base na experiência adquirida com a fiscalização da prestação dos serviços, a realização de cursos específicos ou treinamentos, objetivando o aprimoramento das atividades;

10.1.5. Todas as taxas, seguros, impostos, multas, cursos, treinamentos etc, são de responsabilidade da contratada;

10.1.6. As normas aqui previstas, bem como suas atualizações, revisões, normas complementares ou normas substitutas que entrem em vigor durante o período da prestação do serviço, deverão ser seguidas pela contratada por todo o período de vigência do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus preposto/responsável técnico, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem

como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.21. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

12. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. A CONTRATADA deve realizar suas atividades em concordância com a legislação brasileira e o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e caso seja requisitado, apresentar todas as análises requeridas pelo órgão ambiental vigente.

12.24. Indicar Responsável Técnico com conhecimento técnico relativo ao serviço, para facilitar a comunicação e o trâmite de informações documentais, bem como representar a CONTRATADA perante a CONTRATANTE, durante a execução dos serviços.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, apenas no serviço dos treinamentos, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

13.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou das parcelas principais da obrigação:

13.1.1.1. Prontidão e Atendimento às Emergências Ambientais, com elaboração do Plano de Atendimento às Emergências Ambientais

13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º

e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo II, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo gestor e fiscal do contrato após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada Gestor ou Fiscal Técnico ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor e Fiscal do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de vencimento;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \left(\frac{6}{100} \right)$	$I = 0,00016438$
	<u>365</u>	TX = Percentual da taxa anual = 6%
	365	

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice

Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12. Será considerada extinta a garantia:

19.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. Comete infração administrativa nos termos da Portaria nº 150/2019-Cogead Fiocruz:

20.3.1 DAS SANÇÕES

20.3.1.1 Não assinar o contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

20.3.1.2 Deixar de entregar documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

20.3.1.3 Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

20.3.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

20.3.1.5 Não manter a proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

20.3.1.6 Falhar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

20.3.1.7 Fraudar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;

20.3.1.8 Comportar-se de modo inidôneo:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

20.3.1.9 Cometer fraude Fiscal:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

20.3.2 AGRAVANTES:

As sanções previstas no item 20.3.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

20.3.2.1 Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

20.3.2.2 Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

20.3.2.3 Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução de processo licitatório;

20.3.2.4 Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

As penas previstas nos subitens 20.3.1 1, 20.3.1 2, 20.3.1.4 e 20.3.1.5 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto no item 3.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes.

20.3.3 ATENUANTES

20.3.3.1 A conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

20.3.3.2 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

20.3.3.3 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

20.3.3.4 A penalidade a que se refere ao subitem 20.3.1.2 será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente, que:

20.3.3.4.1 A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

20.3.3.4.2 O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

20.3.3.4.3 Não tenha ocorrido nenhuma hipótese de agravantes prevista no item 5.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz; e

20.3.3.5 O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

20.3.4 ATENUANTES

20.3.4.1 Quando da ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave;

20.3.4.2 A Aplicação das penas previstas nesta portaria não se exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem

prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração;

20.3.4.3 Na apuração dos fatos de que trata a portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências;

20.3.4.4 No estabelecimento da pena, obrigatoriamente, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nos itens acima. O Cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores agravantes conforme previsto no 20.3.2 para a majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no item 20.3.3, para a redução da pena.

20.4. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02

6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os Responsáveis Técnicos previstos no edital/contrato;	01

20.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Serviço de Cadastramento Unificado de Fornecedores, SICAF;

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Declaração de que possui instalações operacionais de pronto atendimento para possíveis emergências químicas da licitante no Estado do Rio de Janeiro, a ser comprovado na fase de habilitação.

21.3.2. Exigência descrita no item anterior justifica-se pela necessidade do deslocamento para atendimento à possíveis emergências químicas ser de pronto atendimento e quanto aos cumprimentos das normas legais quando da efetiva execução do Objeto.

21.3.3. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica em nome da empresa licitante, comprovando o desempenho na PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE PRONTIDÃO E ATENDIMENTO À EMERGÊNCIA AMBIENTAL NO TRANSPORTE DE RESÍDUOS PERIGOSOS, em conformidade com o Termo de Referência, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes para tal registro, nos termos do subitem 10.6, alínea “c.2”, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.

21.3.3.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, nos termos do subitem 10.3, alínea “b”, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017;

21.3.3.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, nos termos do subitem 10.8 do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.

21.3.3.3. Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, nos termos do subitem 10.7, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.

21.3.3.4. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, serão aceitos diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, a fim de equivaler a uma única contratação, nos termos do subitem 10.9, do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.

21.3.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, entregando dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, nos termos do subitem 10.10 do Anexo VII-A da IN MPOG nº 05/2017.

21.3.4.1. No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, nesse caso, será admitida a apresentação de atestados em nome de profissionais responsáveis técnicos ou integrantes do quadro técnico da empresa licitante, no caso do CREA em conformidade com o disposto na Resolução 1.025/2009 do CONFEA – fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e que comprove a execução, referente a prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características e prazos com o objeto deste Termo de Referência, contemplando ao menos os seguintes dados, conforme lei 8.666/1993:

21.3.4.1.1. Que comprove que a LICITANTE tenha prestado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado;

21.3.4.1.2. Será aceito o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnica da LICITANTE, desde que estes, no conjunto, comprovem a execução dos serviços especificados.

21.3.4.2. Registro da empresa e de seus responsáveis técnicos no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CRQ (Conselho Regional de Química) na jurisdição da sua sede, demonstrando possuir engenheiro ambiental/químico; químico ou sanitaria com provadamente autorizado pelo CREA, conforme Lei nº 8.666 Art. 30 inciso I;

213.4.3. Os Responsáveis Técnicos (RT) e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta.

21.3.4.4. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro técnico da licitante o Sócio; Diretor; Empregado; responsável técnico; profissional contratado;

21.3.4.5. A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender aos seguintes requisitos:

21.3.4.5.1. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

21.3.4.5.2. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

21.3.4.5.3. Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

21.3.4.5.4. Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA ou CRQ ou CRBio do Estado do Rio de Janeiro, onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

a) Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou

c) Contrato Social ou último aditivo se houver; ou

d) Declaração de contratação futura do profissional detentor do(s) Atestado(s) apresentado(s).

21.3.4.5.5. Profissional Contratado: contrato de prestação de serviço com ou sem vínculo empregatício.

21.3.4.6. Os integrantes da Equipe Técnica deverão ser obrigatoriamente os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a responsabilidade técnica pelos serviços para os quais foram indicados.

21.3.4.7. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata o subitem anterior poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993.

21.3.4.8. Somente será admitida a substituição de qualquer profissional, cujos Atestados tenham contribuído para a classificação da licitante, por outro com acervo técnico equivalente ou superior ao do profissional a ser substituído, apresentado na licitação

21.3.4.9. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, devidamente fundamentada, e incluirá a indicação do novo profissional com a comprovação de seu acervo técnico, acompanhada da baixa da ART ou RRT do profissional que está sendo substituído.

213.4.10. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela Fiscalização. Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições contratuais, particularmente dos prazos.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1 Valor Global: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 121.404,84 (cento e vinte e um mil quatrocentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1 A presente contratação está alinhada aos planos instituídos pela Fiocruz e consta no Planejamento Orçamentário Anual da COGIC.

Projeto / Processo: 0032.2000.566.27743 - Serviço de Gestão Integrada de Resíduos - Segir

Programa de Trabalho: 10122211520000033

Elemento de Despesa: 339039 - Outros Serv. de Terceiro-Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0615100012 - LOA – Corrente

ANEXO 1 - DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO

1. Informações Básicas

Número do processo: 25389.000091/2020-59

2. Descrição da necessidade

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde atua no desenvolvimento de pesquisas; na prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde ;na fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico; no ensino e na formação de recursos humanos; na informação e na comunicação em saúde, ciência e tecnologia ;no controle da qualidade de produtos e serviços de saúde e na implementação de programas sociais. Estas atividades geram anualmente uma média de aproximadamente 60 toneladas de resíduos classificados como perigosos pela norma da ABNT NBR 10.004, que necessitam de gerenciamento adequado de forma a evitar riscos para o ambiente, para a saúde humana e para a manutenção da conformidade legal da Instituição perante os Órgãos de controle. O gerenciamento, da maioria dos resíduos perigosos gerados na FIOCRUZ é realizado pelo Departamento de Gestão Ambiental (DGA) da Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic), sendo executados os serviços, desde a coleta, aos serviços desagregação, pesagem, identificação, armazenamento temporário e transporte interno e externo até a destinação final destes resíduos. Este gerenciamento visa proteger o ambiente de trabalho seus trabalhadores e cumprir às determinações dos órgãos responsáveis pela gestão de resíduos no Rio de Janeiro. Diante desse cenário, a atividade de transporte de resíduos perigosos a Fiocruz dispõe atualmente de um veículo próprio e está em processo de locação de outro veículo, para atuar na coleta interna e no transporte externo até a destinação final. A atividade de coleta interna e transporte externo até a destinação final é realizada no território do Estado do Rio de Janeiro, principalmente no município do Rio e Grande Rio onde encontram-se os principais campus da Fiocruz e as unidades de tratamento e disposição final de resíduos perigosos. Considerando que, é inerente ao transporte de resíduos perigosos o risco de derramamentos,vazamentos,entreoutrostiposdeacidentes,sendoassim,é de suma que a instituição possua um plano de atendimento às possíveis emergências ambientais. Essa necessidade também está evidenciada na Licença de Operação para transporte de resíduo Classe I e II, LON°IN050392, assim citados:16–“Manter emitida pelo INEA, que apresenta em suas restrições, nos itens 16, 17, 18 e 19

atualizado o Plano de Ação para Emergência (PAE), revisando-o sempre que houver mudança significativa, principalmente na coordenação da equipe de emergência e nos telefones de contato, encaminhando ao INEA uma cópia”; 17 – “Garantir o cumprimento de todas as cláusulas estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços ou Plano de Emergência para o atendimento a acidentes ,principalmente no que se refere à disponibilidade dos recursos (humanos e de equipamentos) necessários ao seu combate imediato, remoção e destinação dos produtos/resíduos e limpeza da área”;18–“Cumprir com programa de treinamento periódico em situações emergenciais com acidentes com os produtos e/ou resíduos transportados ,mantendo o registro dos treinamentos (pessoal treinado ,instrutor e conteúdo programático)” ;19–“Informar previamente qualquer alteração ou a rescisão do contrato comercial de prestação de serviços com a empresa responsável pelo atendimento a acidentes”. Desta forma ,é necessário suprir a demanda de um serviço de Atendimento Emergencial para o Transporte de Resíduos Perigosos que garanta o cumprimento das restrições da licença operacional expedida pelo órgão ambiental, assim como a manutenção da segurança na atividade realizada pela Fiocruz.

3. Área requisitante

Área Requisitante Responsável: Departamento de Gestão Ambiental

Alexandre Chachamovitz

Murilo de Brito Barros

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. A solução adotada deverá considerar que as atividades de atendimento à emergências, por equipe especializada, devem permanecer de prontidão 24h por dia, 7 dias por semana;
2. A solução adotada deverá considerar instalações operacionais para pronto atendimento, dentro do Estado do Rio de Janeiro, para possíveis emergências químicas;
3. A solução adotada deverá considerar a comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis;
4. A solução adotada deverá considerar as manutenções de Equipe de Pronto Atendimento;
5. A solução adotada deverá considerar as técnicas baseadas nos mais importantes protocolos de segurança;
6. A solução adotada deverá considerar que objeto da licitação não se enquadra em legislações especiais ou em margem de preferência.

5. Levantamento de Mercado

Ao realizar o levantamento de mercado, nota-se a existência de um grupo de empresa de grande porte que está presente em todo território nacional e que atende à maioria das empresas do ramo de transporte de resíduos e produtos perigosos prestando o serviço de atendimento à emergências, o Ambipar Group. Assim, a Ambipar Response S/A, especializada em gerenciamento de crises e atendimento a emergências envolvendo acidentes com produtos químicos atua diretamente abarcando a necessidade apresentada no item 2 deste Estudo. Desse modo Ambipar Group adquiriu diversas outras empresas menores que atuavam no ramo e hoje possui vasta dominância do mercado nacional. O levantamento de mercado também identificou uma segunda empresa do segmento que atende aos nossos requisitos básicos restrições, a Unybrasil Emergências Ambientais, que também está presente em todo território nacional e possui grande porte, atuando há muitos anos no ramo de transporte de resíduos perigosos. Contudo, a empresa iniciou seus trabalhos no ramo de Emergências Ambientais há pouco mais de um ano. Diante da demanda descrita no item 2 deste Estudo, esta equipe de planejamento destaca que existe uma limitação a ser observada para que os resultados pretendidos sejam alcançados. As empresas interessadas deverão possuir base com atividades operacionais no Estado

do Rio de Janeiro. Isso porque o transporte dos resíduos perigosos de que trata este Estudo é tanto interno, nos Campi Manguinhos, quanto externo, no atendimento a outras Unidades Fiocruz localizados no Estado do Rio de Janeiro e no transporte externo de resíduos perigosos para destinação final, é exigido que a empresa de atendimento às emergências ambientais tenha base no Estado do Rio de Janeiro, a fim de promover o pronto atendimento. A logística adotada pela FIOCRUZ visa minimizar a má administração do erário.

6. Descrição da solução como um todo

Para o atendimento à necessidade, a única solução viável/praticável é a contratação de empresa. Uma equipe de terceirizada para prontidão e atendimento por equipe especializada, técnicos treinados e capacitados, funcionários da empresa terceirizada, deve estar de prontidão 24h, 7 dias por semana, com equipamentos adequados disponíveis, para o atendimento às emergências. Justifica-se a descrição desta solução como um todo, pois conforme mencionado no item 2 deste Estudo a Licença de Operação para transporte de resíduo Classe I e II, LO N° IN050392, emitida pelo INEA, apresenta em suas restrições a exigência de Contrato de Prestação de Serviços.

7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

O atendimento emergencial no transporte de resíduos perigosos para cumprimento das restrições legais e segurança da atividade contempla os seguintes serviços fixos contratados, serviços programados e serviços e insumos eventuais, sendo:

Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade
Serviços fixos contratado - Manutenção da Central de Atendimento 24h	Serviço	1
Serviços programados Elaboração de Plano de Atendimento Emergencial (PAE)	Serviço	1
Serviços programados - Treinamento sobre o PAE	Serviço	2

Quando acionado pela fiscalização do contrato, a contratada deverá realizar o pronto atendimento à emergência ambiental no transporte de resíduos perigosos, sendo os serviços abaixo listados **pagos conforme a utilização**:

Descrição de Serviços e Insumos Eventuais	Unidade	Quantidade
Auxiliar de Serviços Gerais	Por hora	36
Biólogo	Por hora	12
Coordenador de Emergência	Por hora	12
Engenheiro Ambiental	Por hora	12
Engenheiro de Segurança do Trabalho	Por hora	24
Engenheiro Químico	Por hora	12

Geólogo	Por hora	12
Operador de Emergência	Por hora	12
Técnico de Emergência	Por hora	24
Veículo Auto Vácuo	R\$ por Km rodado	300
Veículo de Comando - IC	R\$ por Km rodado	300
Veículo de Operacional Leve - OPL	R\$ por Km rodado	600
Veículo Operacional - OP	R\$ por Km rodado	300
Limpeza/Descontaminação de Materiais e Equipamentos	Atendimento	2
Separador de óleo	diária	2
Skimmer Convencional	diária	2
Almofada 0,45 x 0,25	unid	20
Barreira Absorventes - 3,00 x 0,20	unid	20
Manta Absorvente	unid	20
Rolo Absorvente - Polipropileno	unid	2
Turfa Absorvente	saco 10 Kg	2
Vermiculita Especial	saco 10 Kg	2
Barreira de Contenção / Locação	metro	150
Batoque	unid	2
Big Bag - 1.000 KG	unid	2
Bombonas - 100 litros	unid	10
Bombonas - 150 litros	unid	5
Bombonas - 20 litros	unid	5
Bombonas - 200 litros	unid	5
Bombonas - 50 litros	unid	10

8. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa de preços referenciais obtidos considerou a pesquisa realizada através de solicitação de cotações às empresas que atuam no mercado (Grupo Ambipar e Unibrasyl), que preencheram a planilha de composição de custos, fornecendo seus valores unitários.

Além disso, tendo em vista que apenas a empresa Ambipar cotou os Custos Indiretos (3%) e que o Lucro Médio (15%) ficou acima da orientação dos órgãos de controle, a Fiocruz utilizou como alíquotas médias

5% para Custos Indiretos e 10% para o Lucro, de maneira a atender a recomendação indicada pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

Mediante ao exposto, informamos que a Fundação Oswaldo Cruz utilizou como metodologia a pesquisa de mercado direta com fornecedores, chegando assim ao custo estimado da contratação de R\$ 121.404,89 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e quatro reais e sete centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. Não se aplica, pois os serviços que compõe o objeto são atividades entrelaçadas que por vezes se sobrepõem, visto que a prontidão e o atendimento às emergências são intrinsicamente correlacionados, além de serem fundamentadas e baseadas no Plano de Atendimento à Emergências e nos treinamentos. Além disso, as ações unificadas em uma mesma empresa trazem celeridade aos procedimentos de emergência o que é fundamental em um sistema que tem por obrigação operar continuamente, sob risco de penalidade por parte dos órgãos fiscalizadores.

Portanto, visto que não pode haver o comprometimento das atividades, a presente contratação não comporta o parcelamento.

Conforme descrito, a contratação não admite parcelamento, a indivisibilidade do objeto é o formato mais viável economicamente para a instituição. Não haverá perda de escala com a indivisibilidade do objeto, haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade; ficou demonstrado ser a indivisibilidade do objeto o melhor formato para a Administração, não ocasionando em si a restrição da competitividade do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O contrato de locação de um veículo para o transporte de resíduos perigosos possui influência direta no valor desta contratação. Desta forma, a contratação de um serviço de atendimento à emergências é necessária e deve abranger atendimento à utilização do veículo próprio assim como o veículo locado em outro contrato, permitindo a continuidade do serviço de coleta e transporte externo de resíduos perigosos por ambos os veículos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A previsão para a contratação do serviço ESPECIALIZADO DE PRONTIDÃO, TREINAMENTO, ELABORAÇÃO DO PLANO DE EMERGÊNCIA AMBIENTAL E ATENDIMENTO À EMERGÊNCIA AMBIENTAL NO TRANSPORTE DE RESÍDUOS PERIGOSOS, conforme descrição da necessidade, consta no Planejamento e Gerenciamento de Contratações Anual da COGIC - SPGC.

Consta no Planejamento Orçamentário Anual da COGIC, através do projeto nº 0032.2000.566.27743.

12. Resultados Pretendidos

A fiscalização do contrato almeja com esta nova contratação no mínimo os seguintes benefícios diretos e indiretos:

1. Maior confiabilidade de que o transporte dos resíduos perigosos, seja interno ou externo, atenda aos 03(três) pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental
2. Possibilidade de mais segurança aos trabalhadores quanto ao transporte de resíduos perigosos;

3. Maior segurança da qualidade do serviço de gerenciamento de resíduos perigosos; Possibilidade de atendimento a todos os preceitos legais vigentes, inclusive as novas mudanças e desafios trazidos com o advento da IN 05/2017 – MPOG;
4. Oportunidade de tratamento das não conformidades encontradas nas unidades assistidas;
5. Viabilidade de consonância com o que pregam as Políticas Ambientais prezando por um ambiente saudável para a atual e as futuras gerações

13. Providências a serem adotadas

Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico do Departamento de Gestão Ambiental (DGA) ou da Cogic para início das atividades desta contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O serviço de pronto atendimento às emergências ambientais no transporte de resíduos perigosos visa minimizar impactos ambientais, desta forma, o serviço em si é fator minimizador de impactos e não gerador de mais impactos

ambientais consideráveis. Os impactos inerentes à atividade como utilização de material de contenção, destinação

UASG 254462 Estudo Técnico Preliminar 20/20208 de adequação de resíduos e a queima de combustíveis fósseis no transporte são de menor relevância em comparação

com o benefício ambiental da realização da atividade.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara esta contratação. viável

15.1. Justificativa da Viabilidade
A viabilidade é constatada devido a previsibilidade orçamentária, a disponibilidade de empresas atuantes do setor atuantes no mercado e por ser este serviço continuado e indispensável à atividade de transporte de resíduos perigosos.

16. Responsáveis

Alexandre Chachamovitz: Analista de Gestão em Saúde

Cassio Murilo de Brito Barros: Analista de Gestão em Saúde

Anexo I

Avaliação e Gerenciamento de Riscos - Emergência Ambiental

Mapa de Riscos – Fase da Análise e/ou Planejamento da Contratação		
Risco 01		
Fragilidade do Estudo Técnico Preliminar		
Possíveis	Dificuldade na definição adequada do objeto	

causas		
Probabilidade	() Baixa (X) Média () Alta	
Impacto	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	Responsável
1.	Comprometimento do conteúdo do Termo de Referência ou instrumento congênere.	Requisitante
2.	Comprometimento da Contratação	Requisitante
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Resultados pretendidos, objetivos e metas bem definidos antes de iniciar a formalização da demanda	Gestor da área
2.	Equipe de planejamento especializada	Gestor da área
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Solicitar dilação de prazo para conclusão/ refazer a análise da necessidade e redefinir o objeto	Requisitante
Risco 02		
Falha na identificação da viabilidade técnica e impactos ambientais		
Possíveis causas	Estudo Técnico Preliminar insuficiente/incompleto/limitado	
Probabilidade	() Baixa (X) Média () Alta	
Impacto	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	Responsável
1.	Comprometimento do conteúdo do Termo de Referência ou instrumento congênere	Equipe de planejamento
2.	Não atingimento do objetivo, com consequente desperdício de recursos	Equipe de planejamento
3.	Especificações indevidamente restritivas ou deficientes, incapazes de atender ao interesse da	Equipe de planejamento

	Administração e causando impactos ao meio ambiente.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	A equipe de planejamento da contratação deverá identificar os riscos inerentes à necessidade e utilizá-los como ponto de partida para elaborar os estudos técnicos preliminares	Equipe de planejamento
2.	Avaliação detalhada do impacto ambiental imediato, identificação de condutas que contribuam para o desenvolvimento sustentável e ao fomento da política de preservação ao meio ambiente	Equipe de planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Quantificar e qualificar os impactos da falha na identificação da viabilidade técnica, com o intuito de reduzir ou eliminar tais impactos negativos.	Equipe de planejamento
2.	Revisar e redefinir os parâmetros do Estudo Técnico Preliminar	Equipe de planejamento
3.	Solicitar dilação de prazo para conclusão do ETP	Requisitante
Risco 03		
Insuficiência de recursos para a contratação		
Possíveis causas	Contingenciamento orçamentário	
Probabilidade	() Baixa (X) Média () Alta	
Impacto	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	Responsável
1.	Contratação de baixo alinhamento estratégico	Cogic/DGA
2.	Inscrição de significativo volume de recursos em restos a pagar	Cogic/Segeof
3.	Possibilidade de descontinuidade de	Cogic/DGA

	serviço	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Analisar a execução orçamentária do DGA, e verificar se o orçamento é historicamente realizado sem a influência de contingenciamento.	Gestor da área
2.	Incluir a despesa no SPGC	Gestor da área
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Análise da necessidade e avaliação das atividades que possibilitam supressão de serviços, com menor impacto para a Instituição	Requisitante
2.	Supressão contratual	Requisitante
Mapa de Riscos – Fase da Seleção do Fornecedor		
Risco 04		
Impugnação ao Edital		
Possíveis causas	Excesso de formalismo/Restrições nos requisitos de habilitação	
Probabilidade	() Baixa (X) Média () Alta	
Impacto	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	Responsável
1.	Comprometimento do prazo para homologação da licitação e atraso no início da execução dos serviços	Cogic
2.	Impetração de mandado de segurança, pelos licitantes, com finalidade de suspender o procedimento licitatório	Cogic
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Capacitação do setor requisitante (DGA) Capacitação da equipe de compras, licitações e contratos (DGI)	Cogic

Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Priorização na análise e respostas dos recursos e pedidos de impugnação	Requisitante/ Segec
Risco 05		
Composição de Custos inadequada		
Possíveis causas	Planilha de composição de custos e formação de preços com falhas/imprecisões e lacunas	
Probabilidade	() Baixa (X) Média () Alta	
Impacto	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	Responsável
1.	Comprometimento das propostas e lances dos licitantes	DGA/DGI
2.	Não atingimento do objetivo, com consequente desperdício de recursos	DGA/DGI
3.	Problemas na fase de gestão do contrato	DGA/DGI
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Elaborar o conteúdo do Termo de Referência ou Projeto Básico com maior precisão possível	Requisitante/DGA
2.	Realizar duplo check na versão final da planilha para corrigir erros. Essa verificação deverá ser conjunta: pelo requisitante, por equipe de Compras e/ou equipe de planejamento.	DGA/DGI
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Correção da planilha de composição de custos	



Documento assinado eletronicamente por **JORGE DE OLIVEIRA CARIUZ, Assistente Técnico de Gestão em Saúde**, em 15/06/2021, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE CHACHAMOVITZ, Analista de Gestão em Saúde**, em 16/06/2021, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Sousa da Fonseca, Coordenador(a) Geral de Infraestrutura dos Campi Substituto**, em 16/06/2021, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0831327** e o código CRC **C526038E**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União Termo de Referência
Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: Outubro/2020

Referência: Processo nº 25389.000091/2020-59

SEI nº 0831327